

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/XV/1ª

### POLÍTICA ORÇAMENTAL DE CRESCIMENTO DA DESPESA E INVESTIMENTO PÚBLICO

O Programa de Estabilidade do XXII Governo para o período 2022-2026 foi apresentado em março do presente ano. No documento, o Governo antecipa uma redução dos valores do défice orçamental de 2022 para 1,9%. Esta revisão em baixa surge meses depois da primeira versão do Orçamento do Estado para 2022, que se comprometia com um saldo de -3,2% do PIB. Note-se que esta consolidação orçamental mais ambiciosa ocorre apesar da revisão em baixa do crescimento real do PIB, de 5,5%, na versão original do Orçamento para 2022, para 5% no PEC. Tendo em conta o menor crescimento do PIB, a redução mais acentuada do saldo orçamental prevista no PEC só pode ser obtida por uma combinação de duas realidades: a revisão em baixa da despesa ou o aumento das receitas. Este processo é facilitado pelo aumento da inflação prevista (2,9% no PEC vs 0,9% no OE2022), que conduz ao aumento das receitas fiscais, sobretudo nos impostos indiretos, sem um correspondente aumento da despesa, nomeadamente no que diz respeito aos salários e prestações sociais.

Desta forma, a estratégia da “folga orçamental”, ou seja, das sucessivas revisões em baixa dos défices inicialmente orçamentados, faz-se agora pela via da perda do poder de compra da população portuguesa, que acresce ao problema estrutural da sub-execução de despesa pública, sobretudo no que diz respeito ao investimento público. Estas escolhas fazem-se sentir na degradação dos serviços públicos, e têm na falta de profissionais nas escolas e no Sistema Nacional de Saúde a sua face mais visível.

Note-se que em março de 2020, face à crise pandémica, a Comissão Europeia ativou a cláusula geral de salvaguarda do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que se mantém em vigor. Neste contexto, a decisão do Governo de antecipar a redução do défice,

submetendo-se a um condicionalismo europeu inexistente só se torna mais incompreensível.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Mantenha a meta do défice para 2022 em 3,2%, priorizando a proteção do poder de compra das famílias e o investimento nos serviços públicos essenciais para responder ao ciclo de inflação previsto para 2022.

Assembleia da República, 14 de abril de 2022.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua; Pedro Filipe Soares; Catarina Martins; Joana Mortágua; José Soeiro